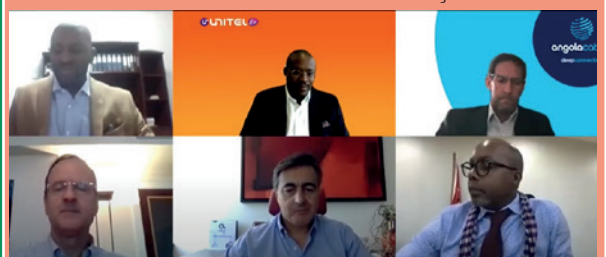


UM ENDEREÇO PARA CADA UM, UMA MENSAGEM PARA O MUNDO



INCM FINANCIA
CONSTRUÇÃO
DE SALAS DE
AULAS EM
CHABONGA

COVID-19: NOVOS DESAFIOS
PARA O SECTOR DAS COMUNICAÇÕES



UM ENDEREÇO PARA CADA UM, UMA MENSAGEM PARA O MUNDO



O Ministro dos Transportes e Comunicações, Janfar Abdulai, lançou, no dia 22 de Julho, na Vila Autárquica da Manhica, o novo Código de Endereçamento Postal (CEP). O acto segue à conclusão do projecto-piloto que, desde Setembro do ano transacto, vinha sendo implementado naquele ponto do país.

"Inteiramo-nos, recentemente, aqui na Vila Autárquica da Manhica, do que foi o decurso de implementação do Projecto-piloto do Código de Endereçamento Postal (CEP). Visitámos as principais vias de acesso e alguns bairros e ficámos vislumbrados pelo que constatámos: o sucesso, sem

precedentes, do Projecto-piloto, e proactiva colaboração das autoridades locais com a equipa conjunta do Ministério da Função Pública e Administração Estatal", disse Abdulai. Segundo o Ministro, os resultados encorajadores da colaboração na implementação do projecto da Manhica, são uma excelente contribuição e base segura para a efectiva introdução do Código de Endereçamento Postal em todo o país, começando pela Cidade de Chimoio. Realçou, ainda, que no decurso da implementação das actividades do actual Plano Quinquenal do Governo (2020-2024) serão ainda contempladas as cidades da Matola, Beira, Quelimane,

Nampula e Nacala".

A implementação do novo Código de Endereçamento Postal na Manhica, na sua fase experimental, atingiu mais de 1200 ruas e acima de 1500 portas, dentre residências e infra-estruturas comerciais. O projecto é financiado pelo Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) e implementado pelo Ministério de Administração Estatal e Função Pública (MAEFP).

Trata-se de um projecto importante e incontornável a nível nacional, que vai dinamizar o desenvolvimento futuro das cidades, vilas, e outras aglomerações populacionais no país, facilitar a movimentação

de pessoas e bens, melhorando, desta forma, a qualidade de vida dos cidadãos e da economia do país.

Segundo Abdulai, o país segue de forma fiel o apelo da União Postal Internacional, tornando o Projecto de Endereçamento Postal numa realidade no país, para que todo o cidadão tenha o seu endereço, e que o endereço dos serviços de administração pública, serviços sociais, comerciais, entre outros, sejam facilmente alcançáveis.

VELAR PELO INVESTIMENTO

O Vice-Ministro da Administração Estatal e Função



Pública, Inocêncio Impissa, realçou, por sua vez, que a implementação do projecto "é resultado da constante evolução socio-económica e política do país nas últimas décadas". Acrescentou que o actual Plano Quinquenal do Governo, no âmbito da descentralização e boa governação, preconiza a

necessidade de actualização da organização territorial e endereçamento do país.

"O Governo aprovou o novo Código de Endereçamento Postal, o primeiro no país, no sentido de assegurar o funcionamento dos serviços inerentes aos domínios sectoriais assentes no nosso sistemas de

localização e identificação de endereço postal. Existem várias vilas, cidades e outras unidades territoriais que registam surgimento de novos bairros e que carecem de atribuição de um endereço físico", disse.

Aquele governante sublinhou que o CEP "vai permitir, dentre outros aspectos, ter um

sistema de referência sobre como localizar lugares no meio urbano, como orientar serviços de ambulâncias, bombeiros, segurança. Apelamos, neste contexto, à população, às autoridades comunitárias e públicas para que velem por este investimento que está a ser feito, em prol de todos".

Comprometemo-nos a colaborar

O Presidente do Conselho Autárquico da Vila da Manhiça, Luís Munguambe, agradeceu o facto de a Vila da Manhiça ter sido escolhida como local de implementação do Projecto-piloto de implementação do Código de Endereçamento Postal, "um instrumento muito importante que vai facilitar o tratamento dos objectos de correspondência nacional e internacional, bem como das encomendas, cartas, serviços financeiros e o outros de diversas utilidades".

"Este projecto é uma mais-valia ao leque de acções que são implementadas, com vista ao desenvolvimento da vila. Comprometemo-nos a colaborar continuamente para dar seguimento destas acções", concluiu.



Esteja atento, quando recebe chamadas ou mensagens de pessoas estranhas!

Previna-se dos burladores!

Precisamos do CEP para dinamizar economia digital



FOI neste local onde se inaugurou o primeiro projecto de telecentros, em 1999. Esta inauguração, apesar de ser simbólica, é uma acção que representa uma preocupação que se regista a nível mundial: a de abraçar a economia digital, defendeu o Presidente do Conselho de Administração (PCA) do INCM.

"Por isso, saúdo o impulso que o MAEFP dá a este projecto, para assegurar que todo o território nacional tenha o devido endereçamento. Só assim é que conseguiremos migrar a nossa economia formal, tradicional, para uma economia digital". Na economia digital, há duas principais preocupações que todos os países enfrentam. A primeira

é a identificação das pessoas. Saber "quem é" é muito importante no mercado digital. A segunda preocupação é sabermos onde estão essas pessoas. Se nós não sabemos quem é que vai comprar produtos, e onde está localizada a pessoa, não é possível entregar qualquer que seja o produto ou a correspondência". Disse Munchanga, focalizando a sua intervenção no aspecto prático do CEP.

"As campanhas "Fica em casa" vão ser eficazes se as pessoas conseguirem comprar serviços remotamente e os mesmos serem levados à casa. Sem o endereçamento postal, sem saber onde estão as pessoas, é impossível fazer isso", rematou.

CEP facilita serviços postais

SEGUNDO o Director-geral, Massingue Apala, a implementação do Novo CEP é resultado do crescimento demográfico que o país tem vindo a conhecer nas últimas décadas. Isto facilita o trabalho das instituições postais na entrega de correspondências, mas também ajuda noutras acções como entrega de facturas de água, energia, serviços bancários, entre outras actividades. Já arrancamos com o projecto na cidade de Chimoio e esperamos que em meados de Fevereiro próximo os trabalhos sejam terminados, para daí seguirem os outros municípios. A implementação noutras áreas vai também depender das condições financeiras do INCM, na qualidade de financiador. Isso pode ditar se implementa-se outras cidades em simultâneo ou de forma sequencial.



QUE TODO CIDADÃO TENHA SEU ENDEREÇO POSTAL



do Decreto nº 28/2019, de 12 de Abril.

"Exortamos a todos para melhor colaboração na implementação do CEP, importante e incontornável iniciativa nacional que vai dinamizar o desenvolvimento futuro das nossas cidades, vilas, e outras aglomerações populacionais.

"O CEP vai trazer muitas facilidades de movimentação de pessoas e bens, melhorando, deste modo, a qualidade de vida dos cidadãos e promovendo o desenvolvimento da economia do país.

"Neste momento difícil da pandemia do COVID-19, os desafios que o país enfrenta podem ser convertidos em oportunidade de nos reinventarmos.

"Estou convicto de que o Código de Endereçamento Postal abre espaço para inspirar os operadores de entrega de encomendas, para o desenvolvimento deste ramo de comércio, sem grandes deslocamentos para os estabelecimentos comerciais.

"Aos Quadros dos Ministérios dos Transportes e Comunicações, e da Administração Estatal e Função Pública, colocamos o desafio de trabalharem afinadamente para que este projecto chegue a todos os Postos Administrativos do nosso país.

"Antes de terminar, permitam-me renovar os meus agradecimentos a todos envolvidos na criação do Código de Endereçamento Postal, o primeiro instrumento desta dimensão, de Moçambique Independente, cujo lançamento temos hoje o privilégio de assinalar.

"Bem-haja o Código de Endereçamento Postal!"

TRANSCREVEMOS, com devota vênua, o discurso de lançamento do CEP, na Vila da Manhica, proferido pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, Janfar Abdulai.

"Permitam-me, em nome do Ministério dos Transportes e Comunicações e, em meu próprio, endereçar as mais calorosas saudações por ocasião do Lançamento do Código de Endereçamento Postal (CEP).

Saudamos, de forma especial a todos aqueles que contribuíram para tornar uma realidade o Código de Endereçamento Postal, bem como a implementação do Projecto Piloto, que teve lugar aqui na vila da Manhica.

"Um endereço para cada um, uma mensagem para o mundo!" Este é o apelo da União Postal Universal, organismo das Nações Unidas, responsável pela coordenação dos serviços postais de mais de 190 países e territórios do mundo, incluindo Moçambique.

"O Governo segue de forma fiel este apelo, tornando-o uma

realidade no país, para que todo o cidadão tenha o seu endereço postal, desfrutando ainda das facilidades do alcance dos serviços de administração pública, comércio, entre outros.

"Minhas Senhoras, Meus Senhores. Inteiramo-nos recentemente, aqui, na Vila Autárquica da Manhica, do decurso da implementação do Projecto-piloto do Código de Endereçamento Postal (CEP).

"Visitámos as principais vias de acesso e alguns bairros e ficámos vislumbrados pelo que constatámos: o sucesso, sem precedentes, do Projecto-piloto, e a colaboração das autoridades locais com a equipa conjunta do Ministério da Administração Estatal e Função Pública.

"O Projecto-Piloto do CEP, abrangeu nesta vila, mais de 1.500 portas, entre residências e estabelecimentos diversos. Igualmente, foram identificadas, pelo mesmo projecto, mais de 1.200 ruas.

Estes resultados positivos que conseguimos atingir na im-

plementação do projecto, nos encorajam a prosseguir com firmeza, a introdução do CEP em todo o país, começando pela Cidade de Chimoio, onde os trabalhos arrancam nos próximos dias.

"No quadro da implementação do Programa Quinquenal do Governo (2020-2024), o endereçamento postal vai contemplar ainda as cidades da Matola, Beira, Quelimane, Nampula e Nacala.

"Distintos Convidados, o Código de Endereçamento Postal resulta da recomendação da União Postal Universal (UPU), da qual Moçambique é membro, através do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM).

"O CEP responde ainda à necessidade de se alinhar os planos de desenvolvimento socioeconómico nacionais com os objetivos emanados na Estratégia Postal de Doha, aprovada em Dezembro de 2012. Para a materialização desta Estratégia, o Governo aprovou o CEP, através

COVID-19: NOVOS DESAFIOS PARA O SECTOR DAS COMUNICAÇÕES



Os novos desafios para o sector das comunicações neste período em que os países de língua oficial portuguesa e os demais pelo mundo fora enfrentam a COVID-19 foram, recentemente (4 de Junho), temas de discussão em videoconferência.

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), Américo Muchanga, foi um dos participantes de peso onde participaram também António Nunes, Presidente da Angola Cables – KNS; Alcino Lavrador / Presidente da Altice Labs (orador) e Inoweze Ferreira / CEO da Unitel t+CV e da Uniel STP – (orador) e moderado por Kussy Eugénio, Editor-Chefe do Jornal na TV Zimbo).

Não se pretendendo avançar, aqui, com uma transcrição totalmente literal, apresentamos, a seguir, um texto compilado

e trabalhado, centralizado no PCA. O conteúdo é fiável.

Presidente da Direcção da AICEP (PAICEP): Gostaria de cumprimentar a todos os palestrantes desta nossa conferência, de hoje. Como as pessoas costumam ver e ouvir, aqui e online, em todo mundo e, em particular, no mundo que fala a nossa língua portuguesa... Apresento a quem ainda não conhece bem a nossa associação, a Associação Internacional das Comunicações de Língua Portuguesa (AICEP), a que tenho a honra e gosto de presidir, completa este ano, 30 anos de vida.

É uma associação internacional científica e técnica, de carácter não-governamental e sem fins lucrativos. Tem por objectivos, promover o estreitamento das relações entre os seus membros de modo a contribuir para harmonização, desenvolvimento e modernização das comunicações,

incluindo apoio directo e efectivo a programas nos países em desenvolvimento de língua portuguesa, desenhadas através de acções de formação e de cooperação para o desenvolvimento.

Com sede em Lisboa, a AICEP é um espaço de convergência dos parceiros do sector das comunicações e a única associação mundial que agrega as comunicações de lusofonia, tendo hoje, como membros, cerca de 40 operadores de correios e encomendas, de telecomunicações e comunicações electrónicas, de conteúdos de mídia e televisão, e também órgãos reguladores das comunicações dos nove países e territórios de língua oficial portuguesa.

Fazem parte da massa associativa da AICEP, entre muitos outros membros de Angola (Angola Cables), Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e de Moçambique (Autoridade

Reguladora das Comunicações), cujos responsáveis máximos temos o privilégio de hoje os ter aqui connosco e desde já os saúdo.

No âmbito do Plano de Actividades de 2020, e numa parceria com a Angola Cables, vamos realizar este ciclo de conferências subordinadas ao tema "Mudanças e Estratégias para o Futuro", sendo os temas de várias conferências relacionadas com os grandes desafios para o sector das comunicações, designadamente lusófonas, noções que já tinha antes desta pandemia causada pela COVID-19 (...).

Vamos assim realizar em cada um dos cinco meses, cinco conferências. Uma, a de hoje, sob o tema "Covid-19: novos desafios para o sector das comunicações" e cujos oradores e participantes são, e passo a apresentar, António Nunes (Presidente Executivo da Angola Cables) Angola, Américo

Muchanga, Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique, Alcino Lavrador (Presidente Executivo da Altice Labs) e Inoweze Ferreira (Director-Geral e Administrador Executivo da Unitel T+ de Cabo Verde e da Unitel de STP).

(...) Antes desta crise pandémica à escala global, o mundo já estava a mudar a um ritmo muito acelerado. A pandemia veio acelerar ainda mais este processo. Todos os dias continuam a surgir novas tecnologias que mudam a forma como comunicamos, como fazemos negócios ou interagimos com os colegas.

A transformação digital ainda mais acelerada por esta crise pandémica está a afectar transformações na sociedade independentemente das geografias tendo impacto na vida das pessoas em todas as dimensões. No trabalho, no lazer, na vida pessoal e também na forma de estar das organizações facilitando e potenciando a inovação, possibilitando uma completa revolução nos processos instaurados e trazer ganhos e eficiência.

A tecnologia e a digitalização, agora com esta pandemia ainda mais acelerada, está também a ter um impacto significativo nos negócios, na economia, no bem-estar, no mundo em todos os sectores, desde a indústria, ao retalho, à banca, aos seguros, à energia, ao turismo a até à saúde, são cada vez mais liderados pelas empresas com uma forte presença na economia digital.

Veio agora esta crise humanitária brutal e repentina sem nos ter dado tempo de qualquer preparação e está a originar uma enorme crise social e económica e, ainda, sem que se perceba muito bem neste momento qual é a dimensão dos impactos negativos

a nível económico que temos pela frente. Nosso sector, já por si, com uma evolução imprevisível face ao surgimento permanente das novas tecnologias, tornou-se ainda mais imprevisível.

Mas sabemos algumas coisas: que sairemos desta crise mais fortes e resilientes; sabemos também que não conseguiremos fazer isto sozinhos, sendo, assim, um factor crítico de sucesso para este objectivo, uma grande cooperação permanente entre todos, operadores, autoridades reguladoras, clientes e consumidores. Somente juntos sairemos mais fortes e iremos mais longe e faremos o mundo avançar e superar esta crise.

O mundo, organizações e pes-

Os correios de todo o mundo e dos países de expressão portuguesa farão um trabalho extraordinário no sentido de garantir a ligação permanente e muito eficiente entre o mundo digital e o físico (...)

soas não vão continuar a viver e trabalhar da mesma forma como antes desta pandemia. E sabemos, isto é igualmente muito importante e motivo de orgulho e satisfação, que não nos assusta, mas nos motiva ainda mais, que o nosso sector, o sector mostra ser, como antes desta pandemia, o grande motor que faz funcionar o mundo e as vidas de todos nós. Já imaginaram o que seria do mundo e de todos nós ao longo desta pandemia sem as comunicações? O que estaria a ser de nós sem banda-larga, Internet, redes de comunicações, televisão e seus conteúdos, telefones, computadores e smartphones, correios e toda sua estrutura, a ligarem os mundos digital e físico (...)?

Os tempos de crise trazem-nos sempre enormes e

crescentes desafios, mas também amplificam a nossa determinação para os abraçar e superar, e que no fim todos estejamos juntos mais fortes e bem preparados.

Estamos todos muito atentos para ver e ouvir dos nossos palestrantes o que têm para partilhar connosco, sobre como as suas organizações estão já a encarar estes desafios, como preparam os trabalhos para a nova normalidade, dando assim seu contributo para o renascer de um mundo das comunicações ainda mais forte e resiliente, capaz de satisfazer as necessidades sempre cada vez mais exigentes dos respectivos mercados.

Agradeço, em nome da direcção da AICEP, o desafio que a

Angola Cable teve para a co-organização e co-realização deste ciclo de conferências, palestras e webinars. Agradeço uma vez mais a todos e a cada um dos nossos palestrantes. Passo de imediato a palavra para Kussy Eugénio, o nosso moderador, para que inicie o debate.

Moderador, Kussy Eugénio

(M): Neste contexto em que se procura uma aliança entre os operadores africanos, no sentido de que a África tenha um crescimento digital superior aos 39,3% de penetração de Internet, qual é o apoio ds AICEP? João Caboz Santana - Presidente da Direcção da AICEP (PAICEP): (...) A COVID-19, a doença que está assolar nesses últimos três meses, veio acelerar o processo de

digitalização. Entretanto, o diagnóstico e as estratégias dos operadores e reguladores estavam já preparados antes disso. O que a COVID fez foi acelerar a implementação de todo um conjunto de estratégias já previamente definidas e que estavam percorrer o seu caminho (...).

Indo à questão: a AICEP vai continuar a fazer o que sempre fez. Se nós imaginarmos um mundo cheio de operadores de reguladores, nomeadamente nos países de expressão portuguesa, e se imaginarmos à volta desse mundo uns braços à volta AICEP, continuar a estimular o desenvolvimento vai permitir a partilha, vai permitir ainda mais a troca de experiências, levar a todos membros àquilo que é o conjunto das melhores práticas.

(...) A AICEP tem essa responsabilidade e vai continuar a desenvolver a troca de experiência no mundo lusófono das comunicações e, no fundo, dotar de capacidades, aos seus membros e operadores e reguladores, de tudo aquilo que seja necessário para o desenvolvimento das suas actividades.

Estamos a falar de correios, conteúdos de televisão, e se alguma coisa que também a pandemia veio demonstrar, é que também o mundo físico não está para desaparecer. Vejam o caso da oportunidade de negócio aos operadores de correios de todo mundo: sem excepção, tiram o partido do crescimento brutal das encomendas decorrentes das compras on-line (portanto, as pessoas precisam do mundo físico).

Os correios de todo o mundo e dos países de expressão portuguesa farão um trabalho extraordinário no sentido de garantir a ligação permanente e muito eficiente entre o mundo digital e o físico (...)

M: Como é que as vossas operações estão a reagir a estes desafios? Como é que vocês se adaptaram aos lockdowns, quer comerciais, quer ao nível das pessoas? Como é que, efectivamente, estão a lidar com esta situação?

PCA do INCM, Américo Muchanga (AM): Em relação a esta questão, costuma-se dizer que a COVID-19 conseguiu, em três meses, fazer aquilo que todos os *Chief Information Officer* (CIO) do mundo gostariam que fosse feito nas suas organizações. Vou falar, em particular, do nosso sector de regulação. A nossa instituição, bem antes do Presidente da República decretar o Estado de Emergência, já tinha ensaiado o teletrabalho. Visitando o site (www.incm.gov.mz), irão encontrar lá o Balcão Virtual, um portal que permite que qualquer entidade submeta pedidos remotamente. Portanto, não se precisa de deslocação à instituição. Também, temos condições de, estando em casa, ou em qualquer outro lugar, seguir todo o processo administrativo que antes era feito em suporte de papel, de um gabinete para o outro. Por causa da COVID-19, mudamos a nossa maneira de estar e, de facto, só vamos ao escritório quando há uma necessidade de se estar lá presente.

M: Como é que as telecomunicações em Moçambique estão preparadas para a demanda dos utilizadores dos seus serviços?

AM: O que nós vemos, como sendo reacção à pandemia nas telecomunicações, é que tudo isto é mais uma oportunidade para sector. Há um aumento exponencial do tráfego de voz, assim como do dos dados. A imediata necessidade do teletrabalho resulta do facto de que muitas empresas que

tinham colaboradores a trabalhar essencialmente a partir do serviço, sejam hoje obrigados a trabalhar a partir de casa. Passou, naturalmente, a haver maior procura de sistemas de telecomunicações para as pessoas poderem trabalhar.

Há uma nova demanda da banda larga: para que eu possa desenvolver o teletrabalho preciso de ter uma banda larga maior que aquela que precisava, para falar ao telefone ou consultar o email. Aqueles que já vinham fazendo o teletrabalho, muito raramente precisavam de fazer encontros via *Zoom*, *Microsoft Team* ou *Webex*; agora, quase todas as instituições estão à procura de

Hoje, muitas instituições de ensino em Moçambique disponibilizam o tele-ensino; isso é possível porque muitas plataformas de ensino são gratuitas (isso faz com que o estudante que não tem capacidade financeira para recarregar um certo pacote de dados possa ter acesso ao ensino.

uma banda larga maior, para poderem fazer videocalls ou teleconferências.

Ora, isto significa que a qualidade de serviço é ainda de uma exigência maior. As redes devem estar disponíveis em todo sítio, e com o problema desta pandemia começamos a ver que é preciso, efectivamente, universalizar os serviços e ter uma banda larga suficiente para podermos interagir à vontade.

Hoje, muitas instituições de ensino em Moçambique disponibilizam o tele-ensino; isso é possível porque muitas plataformas de ensino são gratuitas (isso faz com que o estudante que não tem capacidade financeira para recarregar um certo pacote de dados possa ter acesso ao ensino. Na televisão,

surgiram canais dedicados especificamente a programas de tele-escola.

Portanto, vemos um sector das telecomunicações a se transformar e a se adaptar, para fornecer serviços melhores à sociedade; vemos também, por exemplo, a actividade de saúde para controlar a propagação da doença a nível local. Há uma mudança da maneira como os serviços são fornecidos.

A propósito, discutimos recentemente sobre o novo sistema que vai permitir com que as pessoas façam booking de serviços. Se pretender tratar da carta de condução, do bilhete de identidade ou, ainda, se quiser tratar de uma consulta no

hospital, de um documento no notário, ao invés de se deslocar para lá formar fila e se manter em contacto com alguém que supostamente esteja infectado pela doença. Há aplicações que irão surgindo para permitir que as pessoas que queiram ter acesso a qualquer serviço, à hora que pretender.

Por detrás de tudo isto, existe uma infra-estrutura das telecomunicações. Há que garantir que a comunidade continue a funcionar nos mesmos níveis de desempenho que tinham antes ou mais altos que estes.

M: Como as entidades reguladoras podem cooperar e influenciar o Governo na implementação de políticas que garantam a promoção da universalização do acesso à Net?

AM: Começarei por abordar

alguns aspectos do tema, relativos à economia digital. A tecnologia está a afectar várias indústrias, por exemplo, podemos falar da aviação, da imobiliária, da hotelaria... A tecnologia está a afectar estas indústrias, todas, mas há sempre uma oportunidade para a inovação. Precisamos de preparar as nossas nações para serem participantes relevantes nessa economia digital. Reconhecendo tudo isto, nós sabemos que elementos constituem parte deste processo. Naturalmente, precisamos de ter o produto; se queremos vender algo, tanto no espaço CPLP, como noutra, precisamos de ter esse produto e também, por exemplo, os serviços postais, que farão chegar esse produto ao destino final. Entretanto, para que uma pessoa possa pagar por esse produto, precisa de ter sistemas de pagamento, como a banca.

O acesso a essa plataforma carece de telecomunicações. E os elementos estão lá: telecomunicações, correios, banca e o próprio produto. Claro que, também, devemos ter literacia digital, pois, havendo um produto à venda e não tendo telefone ou computador e, não tendo o domínio do seu uso, não teremos acesso ao produto.

Ora, a mensagem que eu gostaria de deixar sobre esta matéria: é preciso assegurar que os nossos jovens hoje peguem nessas ferramentas, criem produtos e comecem a vender, porque há muito mais receitas na economia digital comparativamente à tradicional. Na economia digital, o meu mercado já não é só Moçambique, nem somente a CPLP.

Precisamos de promover a inovação, de promover as startups e de dar as ferramentas necessárias aos jovens. No que concerne à questão que

colocou, em Moçambique nós registámos avanços bastante grandes. Em termos do custo de serviços, os das comunicações são bastante caros em relação à renda dos moçambicanos. No entanto, constata-se que o país tem produtos de comunicação muito competitivos; em algumas áreas, são bastante caros, mas já demos

alguns avanços grandes e há ações em curso, que permitem o acesso gratuito.

Através do Fundo do Serviço de Acesso Universal (FSAU), temos estado a trabalhar, juntamente com o Governo, para que as pessoas que vivem nas zonas rurais tenham acesso gratuito à Internet. Levar as telecomunicações para todo

sítio, não deve ser trabalho apenas do sector das telecomunicações. Esta ação tem que ser parte de uma visão nacional que nos permite ter um país totalmente interligado, em que as pessoas tenham acesso a serviços de telecomunicações a preços acessíveis.

O Governo tudo faz para que

estes serviços (de acesso universal) melhorem ainda mais. Recuando para os passados 10 anos, o nosso país avançou muito nesta área: reduziram-se custos e aumentou a capacidade; os operadores competem para prestar um serviço de melhor qualidade, a preço relativamente razoável.

Cibersegurança após o COVID-19: mais um webinar

A Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP) e a multinacional de telecomunicações angolana, Angola Cables, realizaram mais um webinar com a finalidade de debater a "Mudança e Estratégia para o Futuro" das Comunicações no Pós-COVID-19, desta vez especificamente subordinado ao tema "Cibersegurança Após o COVID-19". A segunda conferência deste Ciclo de Conferências foi subordinada ao tema "Cibersegurança Após o Covid-19" e

realizou-se no passado dia 15 de Julho, pelas 10H00 do Brasil; 14H00 de Angola e Portugal; 12H00 de Cabo Verde; 13H00 de São Tomé e Príncipe; 15H00 de Moçambique; 21H00 de Macau e 22H00 de Timor-Leste e teve como Keynote Speaker, Nádria Ribeiro (Líder do Gabinete Jurídico da Angola Cables) – que também moderou a sessão – e como Oradore(a)s, Magda Cocco (Partner na Vieira de Almeida & Associados, Portugal); Michel Grispos (Vodacom, Moçambique), entre outros.

Assembleia-Geral Anual 2020 da AICEP também realizada no modelo virtual

Realizou-se, no passado dia 9 de Julho, por meios exclusivamente telemáticos – face ao actual contexto pandémico do COVID-19 (Coronavírus), às perspectivas da sua evolução e à necessidade de continuação da implementação colectiva de medidas de prevenção (designadamente, restritivas à circulação das pessoas) contra a propagação do referido vírus em todo o mundo e, em particular, nos vários países e território de expressão portuguesa – a reunião anual da Assembleia-Geral da AICEP, na qual estiveram presentes e participaram os representantes dos membros associados dos 9 países e território de língua oficial portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique,



Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste).

Na referida reunião, entre outros assuntos e para além de se ter aprovado o Relatório de

Gestão e as Contas relativas ao Exercício de 2019, foram também aprovados o Plano de Atividades e o Orçamento para 2020, bem como a realização,

em São Tomé e Príncipe, em 2021, da próxima reunião da Assembleia-Geral e o XXIX Fórum AICEP das Comunicações Lusófonas. AICEP

NOVAS NOMEAÇÕES NO INCM



O Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Instituto Nacional das Telecomunicações de Moçambique (INCM), Américo Muchanga, conferiu posse, no dia 8 de Julho do corrente, a dois novos gestores que estarão à frente da recém-criada Unidade de Controlo do Tráfego das Telecomunicações (UCTT) e do Gabinete dos Sistemas de Informação (GSI), na sequência das nomeações aprovadas na 5ª Sessão Ordinária do Conselho de Administração (CA), realizada no passado dia 2 de Julho. Trata-se de Adilson Gomes e de Renis Machavana, respectivamente.

"Ouvimos a jurarem servir fielmente o Estado moçambicano. A vossa nomeação foi bastante fácil para a instituição por serem dois quadros internos com longo percurso como funcionários do INCM. Conhecemos as vossas capacidades técnicas", afirmou Américo Muchanga.

No que concerne à UCTT, o PCA referiu que Adilson Gomes é empossado tendo a consciência de que existe um desafio enorme nessa área, como é o caso da protecção

das infra-estruturas críticas das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC). "Está entregue o desafio de colocar esta nova unidade no terreno e produzir todas as soluções que

o país precisa, de ponto de vista de protecção das suas infra-estruturas", sublinhou. A UCTT é uma entidade recentemente criada pelo INCM, através da Resolução n.º 3, de 8





de Junho de 2020, e é vocacionada para o controle de tráfego, gestão do registo dos cartões SIM, protecção e segurança de redes de telecomunicações.

Sobre o novo Chefe do GSI (a propósito, Renis Machavana preenche a vacatura deixada por Adilson Gomes), o PCA disse que, tendo este conhecidas competências técnicas, passa, no entanto, a ter que acrescer a gestão nas suas aptidões.

"Todos os problemas e desafios que o anterior Chefe do gabinete enfrentava como gestor, e toda aquela interacção que tinham, passam para a sua responsabilidade", disse, tendo acrescentado que Machavana assume a nova posição num momento extremamente desafiador, porque, até há cerca de seis meses "usávamos as TIC de forma diferente".

"Por causa desta pandemia (a Covid-19) somos obrigados, como instituição, a assumir cada vez mais o desafio de transformação para uma organização que usa TIC no seu dia-a-dia e como parte do seu processo produtivo. Isto quer dizer que, hoje, se a Internet não funciona o problema é mais grave do que há seis meses. Portanto, tens (Renis Machavana) um desafio de assegurar que o INCM caminhe progressivamente para essa transformação", exortou.

SOBRE 5ª SESSÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Um comunicado do Secretariado do Conselho de Administração um comunicado da conta de que o Conselho de Administração (CA) da Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique-INCM realizou, no dia 2 de Julho de 2020, a sua 5ª Sessão Ordinária.

Nesta Sessão, o Conselho de Administração apreciou e aprovou a Acta da 4ª Sessão Ordinária do Conselho de Administração realizada no passado dia 28 de Maio; a cessação de funções de Adilson dos Santos Cousin Gomes, como Chefe do Gabinete de Sistemas de Informação – GSI; a nomeação de Adilson dos Santos Cousin Gomes para, em comissão de serviço, exercer funções de Chefe da recém-criada Unidade de Controlo do Tráfego das Telecomunicações-UCTT; a nomeação de Rénis Gonçalves Machavana para, em comissão de Serviço, exercer funções de Chefe do Gabinete de Sistemas de Informação-GSI.

Do comunicado que citamos, consta

ainda que a Sessão apreciou, igualmente, o grau de implementação das deliberações e recomendações da 4ª sessão ordinária; o Relatório da Visita de Trabalho do Administrador Filipe Chimoio Paúnde à Delegação Provincial do INCM, em Sofala, de 26 a 29 de Junho passado.

Destaque-se o estágio do processo da migração digital, "cujo quadro resumo indica o seguinte: 60 sites finalizados. 7 estúdios provinciais da TVM prontos, dos quais 4 em funcionamento e 3 até meados de Maio (3 estúdios ficam prontos até Junho/2020).

Constata-se no comunicado que a TVM está com maior capacidade de produção e emissão fora dos estúdios. "Dos 400.000 Set Top Boxes previstos, foram recebidos cerca de 300.000, dos quais mais de 65.000 foram distribuídos; edifício dos estúdios centrais da TVM e funcionamento da TMT a 75% de execução, prevista a finalização em Agosto/2020".

ZOOM MUDA DE IDEIAS E DECIDE ENCRYPTAR REUNIÕES VIRTUAIS NA VERSÃO GRÁTIS DA PLATAFORMA

No início de Junho, a Zoom voltou a enfrentar uma nova polémica após Eric Yuan, CEO da empresa, ter afirmado que apenas seriam disponibilizadas reuniões encriptadas para quem usasse a versão premium da plataforma. Perante a onda de contestação online, a empresa mudou de ideias e vai passar a encriptar as videoconferências de todos os utilizadores. Em comunicado, Eric Yuan explica que a nova decisão surge após a empresa ter ouvido o feedback de utilizadores, organizações, peritos de cibersegurança e grupos de activistas. O CEO afirma que a Zoom identificou "um novo caminho a seguir", um que conseguirá "equilibrar o legítimo direito à privacidade" com a segurança de todos os que usam a plataforma.

Os utilizadores da versão grátis da Zoom que quiserem proteger as suas conversas com encriptação ponta-a-ponta terão de participar num processo de verificação único, confirmando, por exemplo, o seu número de telemóvel através de SMS. Segundo Eric Yuan, a medida tem como objectivo evitar a utilização abusiva da plataforma.

A empresa elucida ainda que planeia lançar uma versão beta da funcionalidade para



todos a partir de Julho deste ano. Até lá, as conversas continuarão a ter encriptação AES 256 GCM por predefinição. Além disso, os utilizadores poderão ligar ou desligar a encriptação ponta-a-ponta de acordo com as suas necessidades, pois existem alguns sistemas de hardware que não são compatíveis.

Recorde-se que, em Maio, a Zoom adquiriu a Keybase, uma startup especializada em

serviços de comunicação com encriptação ponta-a-ponta como parte do plano de 90 dias que a empresa se comprometeu a cumprir com o objectivo de retificar as falhas de segurança da plataforma. Na altura, a empresa tinha já indicado que as funcionalidades desenvolvidas pela Keybase não estariam disponíveis para quem usa a versão grátis.

Embora tenha visto a sua popularidade aumentar e as

suas receitas a ascenderem aos 328 milhões de dólares entre Fevereiro e Abril deste ano, a Zoom tem vindo a enfrentar vários problemas de segurança: desde ataques de Zoombombing que impediram o funcionamento das aulas à distância a vulnerabilidades que poderão ser aproveitadas por ciberespões, passando ainda por fugas de informação na Dark Web. Junho 2020, Sapo Tek

Para mais
detalhes

☎ (+258) 21 227 100
+258 823283850
(+258) 842923603
Fax: (+258) 21 016 211
✉ info@incm.gov.mz
gsi@incm.gov.mz
gcmagem@incm.gov.mz

Use o balcão virtual do INCM para tratar todos os expedientes

balcaovirtual.incm.gov.mz



EM MAIS UMA ACÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

INCM FINANCIA CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULAS EM CHABONGA



Ana Maria Beressene Marcelino, administradora de Cahora Bassa, no ato de lançamento da primeira pedra

O Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) vai financiar a construção de três salas de aulas e um bloco administrativo para Escola Primária de Chabonga, em Chibagadigo no distrito de Cahora Bassa, Província de Tete. A construção, cujo lançamento da primeira pedra foi nesta

quarta-feira (08/07/2020), integra-se no âmbito das acções de responsabilidade social da instituição, como resultado da decisão tomada em Dezembro último, durante a realização da XIII Reunião de Balanço e Planificação para 2020.

Trata-se de uma escola que neste momento funciona com sete turmas, compostos por

cerca de 360 alunos. Para além das obras de construção, as respectivas salas de aula vão ainda ser equipadas com respectivo mobiliário para garantir comodidade aos alunos

Em representação do INCM, o Delegado Provincial de Tete, Bernardo Matsule, disse que o INCM decidiu apoiar os esforços do governo na melhoria das condições de ensino e aprendizagem naquele local, financiando a construção daquela infraestrutura. Louvou ainda ao governo por ter acolhido a iniciativa e permitir que mais uma acção de responsabilidade social seja implementada, para que num futuro breve, os alunos tenham mais motivos para sorrir.

A Administradora do Distrito de Cahora Bassa, Ana Maria Beressene Marcelino, agradeceu a iniciativa do INCM e motivou a dar continuidade, apoiando outras comunidades. Segundo fez saber, esta escola estava contemplado nos projectos do Governo, e o INCM apareceu para acelerar

o processo, e como já possui um furo de água construído recentemente, as salas de aulas são mais um avanço que se verifica.

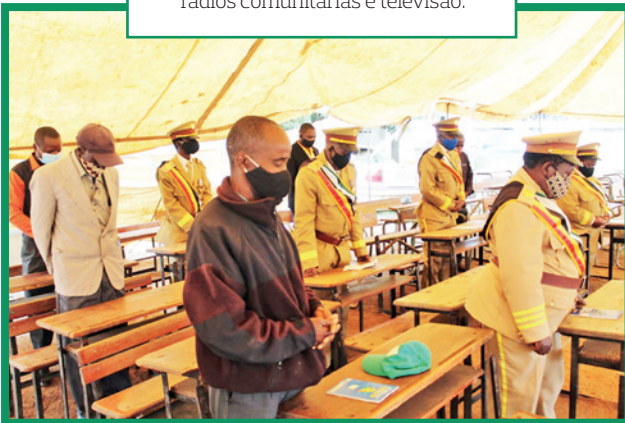
A cerimónia, que decorreu num momento em que o país e o mundo são assolados pela pandemia da Covid-19, obedeceu a todo protocolo exigido para a prevenção da pandemia. A comunidade agradeceu o gesto do INCM, uma vez que a escola vai beneficiar toda a comunidade de Chibagadigo, que passará a ser mais um cartão de visita, uma vez que se localiza à berira da estrada. Com estas novas salas a serem erigidas, vai facilitar redução dos alunos por turma, garantindo-se o distanciamento recomendado nas salas de aulas, no âmbito do novo coronavírus.

Com duração de três meses, ainda este ano, os alunos da Escola Primária de Chabonga terão as salas a funcionarem. Os empreiteiros envidar esforços no sentido de terminarem as obras dentro dos prazos definidos.





Uma equipa (Departamento Postal e Gabinete de Comunicação e Imagem) do INCM escalou Chimoio, nos dias 4 e 5 de Julho do corrente, para fazer chegar ao Conselho Autárquico e representantes de comunidades a boa-nova: que Chimoio será a primeira beneficiária da implementação, no país, do Código de Endereçamento Postal (CEP). E isto foi notícia nas redes sociais, rádios comunitárias e televisão.



Visita do Director-geral, Eng.º Massingue Apala, à Delegação do INCM na Zambézia



Visita da recém-nomeada directora do Serviço Provincial de Infra-estruturas da Zambézia, Isabel Machohe Vilanculos, à Delegação do INCM



